

RBC nº 174 – Nov/Dez 2008**Análise Custo/Volume/Lucro aplicada à suinocultura: estudo de caso em pequena propriedade rural**

(Rodney Wernke, Marluce Lembeck, Josiane S. Heidemann)

A suinocultura é uma atividade de grande relevância no cenário econômico do estado de Santa Catarina. Apesar disso, os proprietários de empreendimentos rurais de pequeno porte desse segmento têm encontrado dificuldades na gestão dos custos das operações relacionadas. Entre os instrumentos gerenciais que podem ser empregados para essa finalidade, está a análise Custo/Volume/Lucro (CVL). Nesse sentido, o presente artigo objetiva demonstrar como os conceitos integrantes da Análise CVL podem ser utilizados para avaliar o desempenho de uma propriedade voltada à suinocultura. Para tanto, depois de realizada uma revisão da literatura sobre a Análise CVL, foi caracterizado o ambiente da pesquisa e comentado sobre os dados utilizados. Com os dados necessários coligidos, foi possível calcular a margem de contribuição unitária e total (em R\$), o ponto de equilíbrio (em unidades e em R\$), a margem de segurança (em unidades e em R\$) e ainda apurar o resultado mensal, considerando as variáveis envolvidas. Com isso, concluiu-se que a Análise Custo/Volume/Lucro é aplicável ao contexto visado, fornecendo informações relevantes para o administrador da granja de suínos estudada.

A Governança Corporativa no Brasil e as Ofertas Públicas Iniciais

(Daisy Erica da Silva Portela)

Este artigo aborda o conceito de Governança Corporativa no Brasil, a sua influência no desenvolvimento do mercado de capitais e nas emissões públicas primárias. Em razão disso, foi feita uma pesquisa com empresas que realizaram Ofertas Públicas Iniciais no primeiro semestre de 2007 e estão inseridas no expressivo número de aberturas de capital que ocorre no Brasil. Esse recorde de aberturas faz parte de um novo cenário que está sendo formado no País de popularização do mercado e acarretará mudanças na cultura empresarial brasileira. Essas mudanças exigirão das empresas profissionalização e comprometimento com as melhores práticas de governança, com a criação de um departamento de Relações com Investidores, pois as negociações serão acompanhadas pelos diversos usuários das informações, cada vez mais seletivos e as movimentações financeiras acompanhadas pela auditoria externa.

A Governança corporativa e seu impacto sobre o preço médio, a quantidade negociada e o volume negociado de ações de empresas dos segmentos bancário e de papel e celulose

(Maiara Adotiva Cordeiro dos Santos, Carlos Alberto de Souza)

Há a hipótese bem difundida de que, com adoção de práticas de governança corporativa, alguns indicadores financeiros das companhias podem ser afetados positivamente, devido à maior confiabilidade que estas apresentam aos investidores, despertando a disposição para que estes paguem um preço maior por suas ações e títulos, do que pagariam por empresas com uma estrutura de governança não tão adequada. O presente estudo investiga os impactos da adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa sobre o preço médio, a quantidade negociada e o volume negociado de ações de empresas do Segmento Bancário e do Segmento de Papel e Celulose. Como forma de analisar tais variáveis, foram utilizados dados mensais, no período mínimo de 55 meses antes e 55 meses pós- migração. Dentro deste cenário, o instrumento para análise dos dados para o teste das hipóteses levantadas foi o teste não paramétrico de Wilcoxon para duas amostras dependentes. As análises dos resultados obtidos possibilitaram a constatação de que, em 100% das empresas analisadas, pelo menos uma das variáveis foi afetada positivamente após adesão das práticas de governança corporativa presentes no Nível 1.

Uma visão exploratória sobre a educação fiscal presente na formação do graduando em Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio Grande do Norte

(Erivan Ferreira Borges, Vilmar Crisanto do Nascimento, Francisca Mayara de Souza Costa, Gilmara Mendes da Costa)

O estudo apresenta pesquisa sobre a educação fiscal no contexto acadêmico contábil realizada junto aos graduandos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, com o objetivo de evidenciar qual o nível de percepção desses graduandos sobre a temática, conseqüente à formação obtida no curso. Justifica-se pela incipiente pesquisa sobre o tema no contexto contábil, enquanto política pública necessária ao crescimento social. Inicialmente são abordados os conceitos de educação e conscientização distributiva da renda, e a educação fiscal como política prioritária de governo. Enfoca-se a educação fiscal a partir dos fundamentos apontados por Cartaxo (2004), preceituados no Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Quanto ao aspecto metodológico, o estudo caracteriza-se como exploratório. Como resultado, percebeu-se que a formação do graduando em Ciências Contábeis da UFRN não atende as expectativas mínimas abordadas pelo PNEF. Talvez o resultado seja conseqüência da falta de análise

das políticas públicas fiscais e educacionais quando da formatação das grades curriculares, ou mesmo pela ausência de instrumentos e indicadores interdisciplinares que consolidem o conhecimento acadêmico contábil e o efeito social prático desse conhecimento.

O Sistema Integrado de Controle Interno sob a ótica do artigo 74 da Constituição Federal: uma breve discussão teórica

(Luciano Neres Rodrigues)

O presente artigo aborda o controle interno sob a ótica da integração conforme preconiza o art. 74 da Constituição Federal. Duas são as obrigações relativas ao controle interno: a primeira é a manutenção de um sistema de controle interno para cada Poder e a outra é a necessidade da atuação de forma integrada entre esses controles. O objetivo deste trabalho foi analisar a proposta de implementação deste referido Controle Interno Integrado no Município de Capitão Enéas (MG). Foram analisadas a Lei Municipal nº 662/2005, de autoria do Poder Executivo, e a Resolução nº 18/2001, de autoria do Poder Legislativo, ambas relacionadas à regulamentação do controle interno. O resultado da pesquisa demonstrou não ser possível ainda a atuação de forma integrada do controle interno no Município de Capitão Enéas (MG), tendo em vista a inexistência dos requisitos mínimos para atuação do controle interno. A efetivação do controle interno integrado pelos Poderes Executivo e Legislativo no Município de Capitão Enéas (MG) é possível a partir da criação de um órgão central que será responsável pela regulação e pela coordenação das atividades relativas ao controle, sem ferir o disposto no art. 2º da Constituição Federal, no tocante à independência dos Poderes. A esse órgão centralizador serão atribuídas as atividades de normatização e padronização das atividades, treinamento e educação continuada de servidores afetos à área do controle. Por ser tratar de um assunto recente, o presente trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto e, sim, apresentar a proposta de implementação desta nova sistemática de controle no Município de Capitão Enéas (MG).